



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

(CATSER 2537-2)

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de cartões de abastecimento de combustível.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objetivo promover o abastecimento dos veículos locados e cedidos que serão utilizados nas Eleições 2020.

3. LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DOS CARTÕES

3.1. Os cartões deverão ser entregues na Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Av. João Batista Parra, 575, Vitória, ES, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do instrumento contratual.

3.2. Havendo alteração das datas previstas para a realização das Eleições 2020, os prazos previstos/datas de entrega poderão ser alterados pela Contratante, conforme previsão contida no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

4. QUANTITATIVOS E VALORES DOS CARTÕES

4.1. Fornecimento de 50 (cinquenta) cartões magnéticos, habilitados com crédito inicial no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) cada, perfazendo um total de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e 05 (cinco) cartões sem créditos iniciais;

4.2. Além do quantitativo acima, a contratada deverá disponibilizar reserva técnica no valor de R\$ 9.570,68 (nove mil, quinhentos e setenta reais e sessenta e oito centavos) para os procedimentos de recarga dos cartões, se necessário, durante o transcorrer do contrato;

4.3. A previsão de gasto com abastecimento será de R\$ 44.570,68 (quarenta e quatro mil, quinhentos e setenta reais e sessenta e oito centavos).

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os cartões magnéticos nas condições estabelecidas neste termo, possuindo em cada um deles crédito no valor estabelecido no item 4.1;

5.2 Os créditos dos cartões fornecidos somente deverão ser liberados para utilização após autorização formal da contratante;

5.3 A contratada estará isenta de responsabilidade pelo extravio dos cartões de abastecimento utilizados pela contratante;

5.4 Credenciar junto ao TRE/ES um representante para prestar esclarecimentos, atender possíveis reclamações e providenciar o atendimento das solicitações formuladas durante a

relação contratual, bem como dispor de uma linha telefônica exclusiva de emergência (do tipo "0800" ou que aceite ligações a cobrar) para atendimento em finais de semana e feriados.

5.5. Garantir a validade dos cartões magnéticos e sua aceitabilidade, sem nenhum outro ônus, em todos os municípios discriminados no item 5.15 deste termo de referência;

5.6. Substituir os cartões magnéticos defeituosos ou danificados, no transcorrer do contrato, e sem custo adicional, sempre que solicitado pela contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;

5.7. Caso necessário, a contratada deverá fornecer cartões extras (máximo de quinze), para atender os veículos cedidos por outros órgãos públicos na véspera e dia do pleito, com crédito unitário (dentro da reserva técnica - item 4.2) a ser definido pela contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

5.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato sem prévia anuência da contratante;

5.9. A relação de veículos e usuários será repassada à contratada após a assinatura do instrumento contratual;

5.10. Disponibilizar à contratante sistema de consulta de créditos no momento da entrega e durante o transcorrer do contrato;

5.10.1. O sistema deverá possibilitar, com base na numeração individual do cartão, o saldo e o histórico de sua utilização, trazendo: identificação do posto, data, hora e valor do abastecimento, bem como relatório do consumo de todo lote de cartões em um determinado período estabelecido pelo responsável pela consulta;

5.11. Efetuar recarga de créditos nos cartões magnéticos ou remanejamento de créditos entre os cartões, sempre que solicitada pela contratante, no valor que este estabelecer, no prazo máximo de 02 (duas) horas;

5.12. Bloquear os cartões magnéticos, sempre que solicitado pela contratante, no prazo máximo de 02 (duas) horas;

5.13. Os cartões emitidos deverão ser válidos para abastecimento nos postos credenciados até o dia 31/12/2020, podendo ser alterado pela Contratante, conforme previsão contida no art. 57 da Lei nº 8.666/93";

5.14. Após a data estipulada acima, todo crédito remanescente deverá estar permanentemente indisponível para utilização;

5.15. Manter durante toda execução do contrato pelo menos um posto de abastecimento conveniado em cada um dos seguintes municípios: Afonso Cláudio, Águia Branca, Alegre, Alfredo Chaves, Anchieta, Aracruz, Baixo Guandu, Bom Jesus do Norte, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Colatina, Conceição da Barra, Domingos Martins, Ecoporanga, Guaçuí, Guarapari, Ibatiba, Ibraçu, Iconha, Itaguaçu, Itapemirim, Iúna, Jaguaré, Linhares, Marataízes, Mimoso do Sul, Montanha, Muniz Freire, Nova Venécia, Pancas, Pinheiros, Rio Bananal, São Gabriel da Palha, São Mateus, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Serra, Venda Nova do Imigrante, Viana, Vila Velha e Vitória;

5.16. Apresentar a relação de postos credenciados sempre que solicitado pela contratante, ou disponibilizá-la através de página oficial da empresa na WEB;

5.17. Em caso de constatação, pela contratante, de inexistência de posto credenciado em algum dos locais elencados no item 5.15. durante relação contratual, a contratada deverá realizar o credenciamento de novo posto, mantendo as mesmas condições do instrumento contratual, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis da comunicação da contratante;

5.18. Substituir o objeto que esteja em desacordo com as especificações contidas no instrumento convocatório, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do término do prazo máximo de entrega estabelecido no item 3, ou contados da data do recebimento, pela contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável à contratada;

5.19. A Contratada deverá manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

6. PENALIDADES

Descumprimento	Percentual	Limite	Percentual de multa	Incidência da multa
Atraso na entrega inicial dos cartões, na entrega de cartões extras, na substituição dos cartões defeituosos ou danificados	2%	05 dias	10%	Valor creditado inicialmente no cartão
Atraso no bloqueio, na recarga ou remanejamento de créditos	2%	05 horas	10%	Valor creditado inicialmente no cartão
Atraso no credenciamento de postos substitutos ou inexistentes	1%	05 dias	5%	Valor do contrato
Inexecução total ou parcial	-	-	30%	Valor do objeto inexecutado
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	-	-	0,5%	Valor do contrato

7. PAGAMENTO

7.1. A contratante pagará à contratada, mensalmente, o valor correspondente aos créditos efetivamente utilizados em cada cartão magnético fornecido, acrescido do percentual relativo à taxa de administração, mediante depósito bancário em sua conta-corrente até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e do recebimento definitivo, devidamente atestado pela Administração da contratante, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, desde que não haja fator impeditivo provocado pela contratada;

7.1.1. A contratada deverá apresentar relatório dos créditos disponibilizados, em relação a cada cartão, referente aos valores lançados na fatura do período.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. O Licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços objeto da contratação (cartões de abastecimento de combustível).

9. VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

9.1. Para a execução do serviço objeto do presente Termo de Referência não poderão ser contratadas:

9.1.1. Empresas que possuam em seu quadro, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/ES, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores;

9.1.2. Empresas que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em

linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução CNJ N° 07/2005 e alterações posteriores;

9.1.3. A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

9.1.4. Havendo alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ N° 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada a este Tribunal para as providências julgadas cabíveis;

9.1.5. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE-ES, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1. A empresa contratada deverá apresentar Certidão Negativa de Feitos de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial.

11. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. O objeto deste Termo de Referência somente será aceito se atendidas todas as exigências nele contidas, que serão verificadas pela Contratante no ato da disponibilização dos cartões.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A Contratante, através de seu representante, fiscalizará a execução do contrato, nos aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

13. VALOR ESTIMADO DO OBJETO

13.1. Percentual único referente à taxa de administração, incidente sobre o valor dos créditos.

Valor de referência = (-) 3,30%

14. VIGÊNCIA

14.1. O prazo de vigência será da assinatura do contrato até o dia 31/12/2020;

14.2. Havendo alteração das datas previstas para a realização das Eleições 2020, o prazo previsto na cláusula 14.1, bem como cláusula 5.13, poderão ser alterados pela Contratante, conforme previsão contida no art. 57 da Lei nº 8.666/93".

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Autorizada a contratação, a empresa deverá devolver o instrumento contratual devidamente assinado em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento do mesmo;

15.2. A não manutenção da proposta ou o descumprimento do prazo para a assinatura do instrumento contratual implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta encaminhada pela empresa e aceita pela Administração;

15.3. O descumprimento do prazo estabelecido para assinatura do instrumento contratual equivale à recusa em assiná-lo;

15.4. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos;

15.5. Da comunicação entre contratante e contratada:

a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.

a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.

b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informação previamente.

Vitória, 06 de Agosto de 2020.

Alkindar da Silva Spala
Chefe da SMCST